

# O LUGAR DO ECLETISMO TEÓRICO-METODOLÓGICO NA PESQUISA CONTEMPORÂNEA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

The place of eclecticism in contemporary research on social movements

Marcos Paulo Campos<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo problematiza o ecletismo teórico-metodológico nos estudos sobre movimentos sociais, considerando que estamos em um momento de revigorado interesse nas ações coletivas de contestação. O fio condutor da exposição são as qualidades internas aos movimentos sociais que se afinam com a articulação de métodos e técnicas de pesquisa, constituindo o ecletismo como postura legítima, e pouco refletida, de sua investigação. O levantamento bibliográfico constitui com centralidade a metodologia do trabalho e permite concluir que o ecletismo teórico-metodológico da produção contemporânea se assenta na postura epistêmica que atinge o conjunto das ciências sociais, no caráter complexo dos próprios movimentos sociais e nas inovações metodológicas já presentes em obras de referência do campo de estudos sobre as formas de contestação social. O artigo reafirma que a reunião de diferentes métodos lógicos e técnicos é uma via fecunda de construção de conhecimento sobre movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Metodologia; Movimentos sociais e ecletismo.

## Abstract

This paper discusses the theoretical and methodological eclecticism in research on social movements, considering that we are at a time of renewed interest in collective protest. The argument is that the internal qualities of social movements are allies to the articulation of research methods and theories, constituting eclecticism as a legitimate and unreflected posture in their investigation. The bibliographical survey is centrally the methodology of this paper and allows us to conclude that the eclecticism of contemporary production is based on the epistemic stance that affects the set of social sciences, on the complex character of social movements themselves and on the methodological innovations already present in reference works field of studies on forms of social contestation. The article reaffirms that bringing together different logical and technical methods is a fruitful way of building knowledge about social movements.

**Keywords:** Methodology, Social movements and eclecticism.

## I. Introdução

Os estudos sobre movimentos sociais contemporâneos evidenciam a articulação de diferentes métodos de pesquisa. Isso ocorre porque a abordagem eclética dos fenômenos coletivos se consolidou nas ciências

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Professor e diretor do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: [marcospaulo\\_campos@yahoo.com.br](mailto:marcospaulo_campos@yahoo.com.br).

sociais e são essas que mobilizam seu arcabouço analítico para o estudo da contestação política. Esse ecletismo teórico-metodológico, que se apresenta tanto ao leitor recente de artigos científicos como aos integrantes mais experientes da agenda de pesquisa sobre movimentos sociais, possui duas fontes de legitimação. A primeira fonte se encontra nos estudos referenciais sobre contestações políticas que praticavam implicitamente a articulação de métodos e técnicas de investigação social. A segunda fonte se localiza na sociologia de Pierre Bourdieu que legitima o uso conjugado de diferentes referenciais analíticos e de múltiplas formas de construção de dados em sociologia. A constituição de um lugar privilegiado para a articulação de métodos e teorias na pesquisa sobre ações coletivas de contestação deve ser pensada entendendo que, apesar do momento contemporâneo ser de renovação do interesse intelectual em movimentos sociais, a reflexão metodológica sobre os procedimentos de investigação desses mesmos movimentos é, por vezes, deixada de lado. Este artigo busca, a partir do diálogo com a bibliografia especializada, construir um percurso de problematização do ecletismo teórico-metodológico na pesquisa sobre movimentos sociais e refletir sobre sua validade contemporânea.

O texto que sucede esta introdução está dividido em três sessões. A primeira sessão traz balizas teóricas e uma breve exposição das razões e das evidências da renovação do interesse em movimentos sociais nas ciências sociais brasileiras. A sessão seguinte aborda os estudos referenciais sobre ações de contestação para analisar seu ecletismo implícito. A terceira sessão, que antecede as considerações finais, apresenta estudos contemporâneos que explicitam o vigor da articulação de diferentes técnicas, métodos e teorizações na agenda de pesquisa contemporânea sobre movimentos sociais.

## **2. Movimentos sociais e ecletismo teórico-metodológico: aportes teóricos e contextuais**

Os movimentos sociais, segundo Maria da Glória Gohn, podem ser definidos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas

demandas” (2004, p. 13). A análise dessas formas de organização demandaria, e até justificaria, a multiplicidade de abordagens e técnicas de investigação científica. O ecletismo teórico evidente na pesquisa sociológica contemporânea, no entanto, também encontra ancoradouro numa espécie de consenso intelectual das ciências sociais sobre o caráter complexo dos fenômenos implicados de sentido que são tomados como seus objetos de estudo (BARREIRA, 2017).

A complexidade dos objetos de estudo sociológico, mais ou menos, torna inescapável a diversidade das formas de acesso a dados e informações, no itinerário de uma pesquisa sociológica, seja sobre movimentos sociais ou outros tipos de ação individual ou coletiva (ALMEIDA, 2020). Nesse sentido, importa destacar o papel da sociologia de Pierre Bourdieu na conformação da legitimidade intelectual para o ecletismo metodológico. A obra bourdieusiana, em boa medida, constitui o maior suporte epistemológico do ecletismo teórico-metodológico contemporâneo. O sociólogo, que só se voltou à questão dos movimentos sociais ao final de sua vida, defende que a reflexividade, elevada à condição de método e colocada em ação pelo olhar sociológico, seria capaz de reduzir os efeitos da estrutura de posições sociais presentes na relação que se estabelece entre o pesquisador e quem ele interroga (BOURDIEU, 2004). Isso implica compreender a investigação sociológica, ou nas demais ciências humanas, como uma relação social, distinta de outras porque tem por fim apenas o conhecimento, pela qual se produzem efeitos nos resultados obtidos. A reflexividade seria, para Bourdieu, a possibilidade de trazer à consciência do pesquisador os efeitos dessa relação social e poder interpretá-los de forma lógica e sistemática, evitando os vieses de pesquisa que reduzem ou eliminam sua cientificidade.

Considerando que Pierre Bourdieu pretendia não deixar inconsciente nenhum dos passos de uma investigação com explícita pretensão heurística, cabe perguntar: por que a reflexão sobre os efeitos da relação entre pesquisador e pesquisado seria melhor efetivada pela reunião de variados métodos de pesquisa? Porque o ecletismo teórico-metodológico é a admissão prática do caráter multidimensional da vida social, irreduzível a qualquer tradição científica que se apegue exclusivamente às distribuições

estatísticas, ou à análise de discursos, ou à observação participante ou à entrevista livre (BOURDIEU, 2004). Esse apego, questionado pelo autor, se daria porque cada método assegurava, ao tempo dessa crítica, uma vinculação com certa corrente de pressupostos válidos no campo científico cujo reconhecimento no referido campo, e até fora dele, tendia a crescer quanto mais fosse mantida a pretenciosa vinculação exclusiva, por exemplo, entre os interacionistas e a etnografia ou entre os etnometodólogos e a análise de conversação. O apogeu da exclusividade metodológica se deu na pesquisa estadunidense do imediato pós-guerra, sendo bem representada, segundo Bourdieu, por Talcott Parsons e Paul Lazarsfeld, que influenciavam mundialmente a ciência social mesmo com o custo de reduzir o entendimento sobre a vida em sociedade pelo uso isolado de cada um dos métodos disponíveis. Em oposição e surgida na Europa do pós-guerra, a perspectiva epistemológica subjacente ao ecletismo metodológico busca “mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados são praticamente utilizáveis” (BOURDIEU, 2004, p. 26) para ampliar a capacidade explicativa da sociologia. Essa postura epistêmica em favor do ecletismo teórico se revela nas obras de Pierre Bourdieu que expõem um compromisso metodológico com a comunicação entre técnicas e métodos de pesquisa. Nisso se destaca a articulação entre a dimensão lógico-analítica, ou seja, as teorias explicativas já construídas pela sociologia e disciplinas afins, e a dimensão técnico-metodológica, ou seja, as formas práticas de acesso e coleta de informações disponíveis aos pesquisadores como a entrevista, a estatística descritiva e o grupo focal.

Afrânio Mendes Catani (2007) afirma que a postura epistemológica de Pierre Bourdieu foi criticada por ser uma espécie de “liquidificação sociológica”, mas que semelhante operação lógica foi exercitada por Florestan Fernandes, no livro “Fundamentos empíricos da explicação sociológica” de 1959, e percebida por Gabriel Cohn como um ecletismo bem temperado porque “não simplesmente relativizador nem atomizador dos procedimentos analíticos” (COHN, 1987, p. 50). Na obra bourdieusiana, o

uso combinado de análise estatística clássica, entrevistas em profundidade e observações etnográficas, com vistas a entender as lógicas sociais de produção do gosto cultural, pode ser observado na amplamente reconhecida obra “A Distinção”, que teve sua primeira publicação em 1979. A articulação da análise de correspondências com a análise de discursos pode ser encontrada no artigo “O campo econômico”, publicado originalmente em francês no ano de 1997, quando Bourdieu visa compreender a relação entre economia doméstica e economia de mercado, expressa na propaganda das empresas de produção de casas pré-fabricadas.

Pierre Bourdieu mobilizou sua destacada posição no campo acadêmico francês para a legitimação e a mundialização do ecletismo teórico-metodológico, em sociologia e em áreas afins. Essa expansão do ecletismo é demonstrada, por exemplo, nos trabalhos de Sánchez Gamboa (2003), Gilberto Oliveira (2015) e Jane Prates (2018) que tratam da não exclusividade metodológica na pesquisa sobre educação, defesa nacional e serviço social, respectivamente. Diante da exposição da postura epistemológica de Pierre Bourdieu e sua ampla influência, é possível reconhecer que as atuais abordagens ecléticas nos estudos sobre movimentos sociais não são necessariamente uma novidade. Irllys Barreira, em obra publicada no ano de 1992, já afirmava que os métodos lógicos devem evitar posturas exclusivistas. Ann Mische (2008), por exemplo, mesclou orientações estruturalistas de Simmel com a perspectiva teórica de pensadores pragmáticos e fenomenológicos, como Mead, Schutz e Dewey, para compreender redes de jovens ativistas compostas de múltiplas afiliações em diferentes tipos de movimentos e organizações. Paul Almeida (2020), mais recentemente, aponta que os métodos técnicos podem ser trabalhados em conjunto conforme a demanda do objeto de estudos.

O ecletismo teórico-metodológico se reafirma em contextos de renovação do interesse das ciências sociais pelas ações coletivas de contestação e, no caso brasileiro, a relação entre conjuntura política e produção acadêmica é reveladora de um compromisso intelectual com a democratização, que impulsiona as agendas de pesquisa sobre movimentos sociais. Isso pode ser percebido na década redemocratizante de 1980 e na

conjuntura dos levantes sociais de 2013 no Brasil. Os anos de 1980, segundo Irllys Barreira (2011), testemunharam a existência de ampla convergência teórica e política entre intelectuais, políticos progressistas e lideranças dos próprios movimentos a respeito do papel absolutamente transformador desses agentes na sociedade brasileira, inspirando um aumento substancial da produção científica sobre ações coletivas de contestação no contexto da redemocratização brasileira. Mais recentemente, Paula Alegria, Lucas Bulgarelli e Rosana Pinheiro-Machado (2020), ao analisar a produção antropológica sobre movimentos sociais brasileiros entre os anos de 2008 e 2018, afirmam a existência de mais de uma centena de teses e dissertações, sendo boa parte desses trabalhos impulsionados pelos levantes sociais de 2013, evento revigorador da agenda movimentalista no país. Os dez anos mais recentes da produção acadêmica em antropologia dos movimentos sociais apontam para o surgimento de pesquisadores que, por vezes, são etnógrafos e nativos, sendo também ativistas. Nesse sentido, suas etnografias são também uma experiência de afetação na qual eles próprios são sujeitos e observadores das transformações brasileiras. As temáticas do estranhamento e da familiaridade, tão caras a Gilberto Velho (1994), se reapresentam enquanto fica nítido o impacto da entrada dos sujeitos sociais das periferias urbanas e rurais no ambiente de produção do conhecimento, impulsionada por políticas públicas de ação afirmativa (HOLANDA, 2018).

A produção antropológica contemporânea sobre movimentos sociais, como se pode perceber, repõe o compromisso democratizante dos estudos sobre movimentos sociais que também se apresentou na lavra de investigações sociológicas ocorridas no contexto da redemocratização do Brasil. Ao que parece, o engajamento em favor do caráter substantivo da democracia segue como marca distintiva da agenda de estudos sobre a contestação social no país. Essa agenda se renovou quando esteve diante da convocação de protestos para a contestação do aumento das tarifas de ônibus e metrô nas duas maiores cidades brasileiras no ano de 2013. Os aumentos foram as ocorrências iniciadoras de uma mobilização social que acabou por refazer o ambiente sociopolítico brasileiro dos últimos anos e por

renovar o interesse intelectual sobre ações coletivas de contestação (BRINGEL, 2013; GONDIM, 2016). Os estudos sobre movimentos sociais, no entanto, carecem de uma reflexão mais detida sobre a incorporação do ecletismo metodológico herdado de seus iniciadores. Como, neste artigo, a principal tarefa é enfrentar essa carência, a próxima sessão discutirá o caráter implícito da articulação de teorias e técnicas de pesquisa nos estudos de referência sobre contestação política.

### **3. Metodologia de pesquisa e movimentos sociais: referências em questão**

O ecletismo como postura teórico-epistemológica resulta da apropriação dos estudos referenciais sobre os agentes não institucionais do campo político. Não por acaso, esta seção revisitará os estudos de Edward Thompson, Alain Touraine e Eder Sader que constituem referências constantemente mencionadas e amplamente reconhecidas por quem estuda contemporaneamente as ações coletivas de contestação, buscando nelas observar sua contribuição metodológica. É importante ressaltar que a vastidão dos estudos sociológicos sobre movimentos sociais impede qualquer pretensão de revisar em termos absolutos a literatura especializada para analisar as diferentes utilizações de aportes teóricos e técnicas de pesquisa.

O trabalho mais conhecido de Edward Palmer Thompson se chama “A formação da classe operária inglesa”, publicado originalmente em 1963, e se volta a entender como os trabalhadores fabris da Inglaterra constituíram sua agência e consciência de classe. A obra mergulha em um processo de longa duração, no qual a ação coletiva de contestação operária se apresenta desde o século XVIII. Edward Thompson, membro da geração mais relevante da historiografia marxista inglesa, recusa-se a reconhecer o surgimento da classe trabalhadora nos conflitos promovidos pelos sindicatos dos operários fabris do entorno de Londres em meados do século XIX, como preferiam muitos intelectuais de sua mesma corrente teórica. Estes encontravam naquele sindicalismo inglês a evidência empírica mais afeita à descrição teórica do embate entre capital e trabalho nas sociedades industrializadas.

Edward P. Thompson formulou uma interessante crítica ao marxismo estruturalista (THOMPSON, 1978), que assumiria sua forma mais acabada

na obra de Louis Althusser que se chama “Ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado” e foi publicada pelo filósofo francês em 1970. Nessa obra, Althusser apontava determinantes estruturais, do ponto de vista econômico (objetivo) e ideológico (subjetivo), como organizadores da vida social e política. Para o filósofo francês, a ação rotineira, doméstica ou não imediatamente politizada, opõe-se ao surgimento da consciência de classe no operariado, impedindo a mobilização política. Em oposição a essa formulação, Thompson (1987) percebeu, no cotidiano dos trabalhadores ingleses, a gestação processual de percepções críticas da realidade, posteriormente reunidas em uma contestação política de tipo sindical, sem as quais a consciência da exploração econômica não teria sido possível.

Os intérpretes do pensamento de Karl Marx afirmavam a exclusividade da determinação econômica na ação política das classes sociais. Por sua vez, Edward P. Thompson (1987) valorizou o agir humano e o discurso não racionalizado e não formatado politicamente, diferentemente do que se obtém em uma entrevista formal e estruturada, para entender a construção de uma percepção da realidade cada vez mais contestadora das precárias condições de vida, que inspirou ações movimentalistas de conflito político. Para Thompson, a consciência de classe surge no agir dos trabalhadores, não estando disponível previamente à ação. Do ponto de vista do material de análise e das técnicas de pesquisa, o estudioso inglês analisou as poesias populares, as leituras de maior circulação entre os trabalhadores pobres e ainda seus gostos culturais, que incluíam cantores de baladas e cartuns a serem lidos em bares. Nesses ambientes, o autor percebeu que se elaborou uma autoconsciência coletiva e radical em artesãos, herdada pelos trabalhadores da indústria num relacionamento intergeracional. O estudioso inglês, para além da renovação teórico-metodológica já apontada, privilegiou a conversa informal na construção de suas hipóteses analíticas. Isso reitera ainda mais a recusa à leitura teórica exclusivista e a articulação de técnicas de pesquisa marcantes da obra e do pensamento de Thompson. Estes tiveram ampla e inegável influência nos estudos sobre história do trabalho e sobre os movimentos sociais e sindicais

de trabalhadores no Brasil (FORTES, 2016; FRENCH, 2002), antes mesmo do ecletismo metodológico se firmar como postura intelectual legítima.

O método da intervenção sociológica é a segunda referência metodológica a ser revisitada. Elaborado por Alain Touraine (1973) no ambiente intelectual da sociologia francesa dos movimentos sociais, a intervenção sociológica, para ser melhor compreendida, demanda considerar as divisões internas da própria obra do autor na qual se constituem três momentos distintos (SCHERER-WARREN; GADEA, 2005). Alain Touraine, em seu momento inicial e ainda em corte marxista, volta-se para compreender a formação de uma consciência operária nos trabalhadores do setor carvoeiro chileno e do setor metalúrgico brasileiro. No segundo momento, o sociólogo elege os movimentos sociais franceses, principalmente os identificados com as mobilizações de maio de 1968, e as lutas antiditatoriais na América Latina para realizar um trânsito teórico em direção à compreensão das ações coletivas para além do conflito de classe. O estofo da pesquisa e reflexão teórico-metodológica credenciam Touraine a um terceiro momento de sua produção intelectual, no qual ele debate com a filosofia e a psicanálise em busca de uma compreensão não liberal da noção de sujeito. Isso significa não o confundir ou reduzi-lo à acepção de indivíduo, admitindo a primazia de sujeitos coletivos na produção da sociedade.

A destacada experiência metodológica que cabe avaliar aqui está na primeira e na segunda fases do trabalho intelectual de Alain Touraine. A tentativa de combinar engajamento político-intelectual e inovação em pesquisa constitui a intervenção sociológica; que consiste, precisamente, em reunir os membros mais destacados de movimentos sociais para um trabalho em grupo; que seria, também, uma forma de ampliação da consciência deles sobre sua ação contestatória. Isso se daria por meio de uma reflexão sobre a própria mobilização política, mas realizada fora de uma situação de protesto. Ou seja, o sociólogo interviria no cotidiano dos integrantes de movimentos e os colocaria em uma circunstância diferenciada, que seria supostamente capaz de oferecer informações não captáveis em eventos de mobilização, bem como teria também a faculdade de

estimular, nos próprios integrantes, uma maior consciência do conflito político em que atuavam.

Jacques Hamel (1998), ao observar o trabalho de Touraine, considera que o autor acabou por escolher líderes para os grupos de trabalho sem considerar a arbitrariedade própria dessa escolha. Os líderes encarnariam mais densamente os sentidos da mobilização coletiva ou teriam um discurso mais organizado e compreensível aos ouvidos teoricamente trabalhados dos pesquisadores? Em certa medida, a intervenção sociológica foi capaz de perceber divisões internas aos movimentos, mas refletiu pouco sobre como elas constituem hierarquias internas e diferentes formas de apreensão do real que se distribuem entre os participantes de ações coletivas de contestação. E mais, a proposta de intervenção sociológica ficou presa ao que se pode chamar de discurso militante (HAMEL, 1998). No entanto, a despeito dos limites da dimensão técnica da metodologia de Touraine, foi importante apresentar aos estudiosos da ação coletiva uma forma de acessar as percepções dos sujeitos para além da entrevista semi-estruturada, do questionário, da enquete operária e de *surveys*, utilizados na pesquisa do autor para a obra “La conscience ouvrière”, de 1966. Outra consequência importante foi assumir que o engajamento pode se articular com a produção de conhecimento sistemático sobre os movimentos sociais, afastando suposições de neutralidade.

O acúmulo teórico que sobreviveu aos equívocos da técnica de pesquisa de Alain Touraine está no livro “A sociedade pós-industrial”, publicado originalmente em 1973, como um ponto de inflexão no qual o entendimento dos conflitos sociais deixou de lado sua vinculação exclusiva com a luta de classes. Isso permitiu ao sociólogo reconhecer as formas de organização de variados sujeitos coletivos como estudantes, mulheres e ecologistas, que são irreduzíveis à condição de operários. Touraine, portanto, percebeu a orientação cultural, ou seja, marcada por valores e por certa proeminência da dimensão simbólica na ação política de segmentos das sociedades democráticas. É possível dizer, de certa forma, que o intelectual francês antecipou o fenômeno social incluído posteriormente por Axel

Honneth (2009) no conceito de luta por reconhecimento, mas aprofundar isso foge aos objetivos deste texto.

O livro “Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)” de Eder Sader (1988), publicado no mesmo ano de falecimento do autor, é a última grande referência a ser observada nesta seção. Essa obra foi capaz de imortalizar a presença de Sader no campo intelectual brasileiro. O livro apresenta os resultados da pesquisa doutoral do autor, realizada no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), onde ele trabalhava como professor desde o retorno dos exílios impostos, inicialmente, pela ditadura brasileira e, posteriormente, pela ditadura chilena. Eder Sader dialoga, por um lado, diretamente com a perspectiva de Alain Touraine, ao explicitar a incorporação de formulações do francês contidas no livro “Le retour de l’acteur”, publicado em 1984, em favor de valorizar a ação na análise dos movimentos sociais. Por outro lado, o sociólogo brasileiro parece ter tido mais sucesso, do ponto de vista do manejo metodológico, na empreitada de aproveitar o engajamento político para a construção de um percurso analítico. Sader teve enorme participação nas organizações de esquerda, com presença no movimento estudantil secundarista e universitário, desde antes do Golpe de 1964, e acumulou uma destacada militância na luta contra a Ditadura Militar (1964-85), pela qual foi forçado a se exilar. O retorno ao Brasil, em 1979, devolveu ao autor a possibilidade de retornar à carreira docente na USP, circular entre movimentos sociais e sindicais e participar ativamente da fundação e da direção do Partido dos Trabalhadores, constituindo sua problemática de pesquisa nesse contexto de intensa atividade política.

A possibilidade de relacionar os processos sociais concretos a características estruturais, para Sader, não necessariamente amplia a compreensão do fenômeno social, podendo apenas promover uma segurança teórica aparente por situar um caso particular num esquema de análise conhecido. Nesse sentido, o autor critica a relação encontrada em um artigo de Maria Hermínia Almeida (1975). Essa autora afirma que, quando pensada a ação sindical no ABC paulista em relação direta com a estrutura industrial

da região, se podia identificar o surgimento de um “sindicalismo de negócios” no Brasil, muito próximo ao experimentado na indústria automobilística dos Estados Unidos. Esse teria caráter combativo, apolítico e fincado na mobilização interna às fábricas. De acordo com Sader, a propositura analítica de Maria Hermínia, baseada em uma exclusividade teórico-metodológica, induziu-a a afirmar que uma mesma estrutura produtiva produziria uma única forma de ação sindical. O autor, então, analisa criticamente o trabalho da cientista política, questionando como se explicariam as diferentes frentes sindicais existentes em um mesmo ramo industrial. Isso porque os levantamentos de Eder Sader revelavam enorme diversidade de correntes de orientação política em disputa pelo sindicalismo da região mais industrializada do país, mesmo quando se tratava de um setor particular e tecnologicamente mais avançado naquele contexto. Ele, então, recorre à antropologia de Marcel Mauss para sustentar que, diante de uma mesma solicitação, as comunidades humanas podem apresentar uma gama de respostas.

É importante dizer que Sader não interpretava os fenômenos que estudou a partir de uma leitura voluntarista da ação política. O autor os reconhecia como novos porque eram irreduzíveis às formas de ação política que os precederam ou mesmo às suas contemporâneas. Para Sader, o voluntarismo de certas análises era uma inconsequência de liberais ou socialdemocratas. A recusa de Eder Sader ao estruturalismo marxista, que não significava aversão às contribuições seminais da crítica da economia política, e a busca por recursos teóricos variados demonstram que o autor se voltava cada vez mais à reflexão sobre a democracia como ambiente de construção da consciência de classe, pensando assim “fora dos cânones instrumentalistas da esquerda tradicional” (GARCIA, 1988, p. 319). Para evitar a exclusividade metodológica na compreensão dos movimentos sociais, Eder Sader toma como referências interpretativas de seu estudo os já citados Touraine e Mauss, somando ainda Karl Marx (1974), seu inspirador inicial, Edward Thompson (1987), Max Weber (1944), Antonio Gramsci (1968), Cornelius Castoriadis (1985) e Hannah Arendt (1981). A recorrência a esses

autores, no entanto, se faz pela apresentação precisa do que será aproveitado e do que será refutado em suas contribuições. Nos estudos de Marx sobre Luís Bonaparte, por exemplo, o sociólogo uspiano encontra as perspectivas mais interessantes sobre a relação entre as condições de classe objetivas e os cortes, as reconfigurações e os cruzamentos de seu aparecimento político, o qual depende de uma construção subjetiva, não estabelecida previamente. A retomada de Gramsci no trabalho de Sader segue promovendo o diálogo com o marxismo através da discussão sobre os diferentes mecanismos de hegemonia que, segundo o italiano, operam a produção do consentimento entre os trabalhadores em favor da classe dominante. Essa multiplicidade de mecanismos dificultaria a iniciativa do analista que esteja “pretendendo explicar movimentos sociais por determinações estruturais” (SADER, 1988, p. 41). E mais, o sociólogo brasileiro diz que a literatura sobre sindicalismo e movimentos sociais urbanos estava constatando ambiguidades nos processos de organização e representação dos trabalhadores e isso inclinaria as investigações para o plano da atribuição de significado e dos sentidos constituintes da vida social, tal como Weber enuncia.

Eder Sader busca desvendar o caráter processual da construção de significações e sua relação com a formação de organizações de luta, por parte dos trabalhadores da Grande São Paulo, à luz dos trabalhos de Edward Thompson; porque este elucidada, a partir do caso inglês, a relação entre as condições de existência dos operários e as características do movimento sindical que eles constituíram. A recorrência a Castoriadis se dá na busca de inserir a incerteza e a criatividade no fazer histórico, ou seja, como parte da relação entre a estrutura de produção e a ação política dos trabalhadores. Dessa forma, Sader pretendia evitar qualquer perspectiva de exagerado racionalismo que viesse a enquadrar os movimentos sociais e sindicais na busca de vantagens ou finalidades claramente definidas em termos estritamente econômicos. A presença de Hannah Arendt, no trabalho de Eder Sader, e o diálogo do autor com a psicanálise se dão na perspectiva de valorizar a análise do discurso dos diferentes agentes de mobilização política da transição à democracia no Brasil. O sociólogo uspiano buscou, na

filósofa judia, os aportes que estabelecem o discurso como elemento constituinte dos sujeitos. No entanto, o autor pondera a contribuição de Arendt com o saber psicanalítico, quando este alerta que o discurso não revela o sujeito de forma transparente. Isso impõe uma imersão interpretativa nas matrizes discursivas dos sujeitos.

O ecletismo teórico-metodológico na obra de Eder Sader ocorre, como se pode perceber, diante da necessidade de construção e interpretação complexas do seu objeto de pesquisa, precisamente, os novos sujeitos coletivos da transição democrática brasileira. Para além do Novo Sindicalismo, o autor se voltou também às Comunidades Eclesiais de Base, aos Clubes de Mães e às Comissões de Saúde da periferia leste de São Paulo. Pierre Bourdieu e Eder Sader se aproximam, quando a complexidade dos agentes e a articulação de autores situados em distintas e até opostas tradições teóricas são mobilizadas, para construir uma problemática de investigação sociológica. Bourdieu considerava a construção do objeto como “um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções” (BOURDIEU, 2004, p. 27). Para o francês, nada seria mais enganoso que percorrer o conjunto da investigação sem reescrever e redimensionar, a partir dos achados da pesquisa, o objeto inicialmente delimitado. E mais, a eclética utilização das teorias era justamente o recurso possível para atender ao caráter multifacetado dos temas enfrentados, ao longo de um trabalho de investigação, com pretensão heurística. Eder Sader, por sua vez, admite que a dificuldade em construir o objeto se apresentou desde o início de sua pesquisa. Como ele mesmo diz,

o modo como procurei entender o significado do que acontecia, através dos movimentos sociais em São Paulo, exigiu um longo percurso intelectual, que percorri sem saber, no início, exatamente do que se tratava. Fui levado por minhas interrogações, que, no início, nem tinham seus contornos bem definidos, mal podendo configurar um "objeto de pesquisa" tal como apareceu no meio da jornada. Até que, quase simultaneamente, se desenharam com mais clareza o objeto, a questão e os caminhos da pesquisa (SADER, 1988, p. 18).

Eder Sader indica, na citação acima, que o ecletismo teórico em seu trabalho se apresentou, por um lado, como solução para os impasses insolúveis que encontrava na tentativa de construir seu objeto de pesquisa com base em inspirações analíticas que, supostamente, explicavam os movimentos sociais pela vinculação exclusiva com a estrutura econômica ou de classe dela decorrente. Por outro lado, Sader, ao expor as diferentes técnicas de pesquisa utilizadas, aproxima-se novamente de Bourdieu, quem afirma ser o ecletismo metodológico uma decorrência da articulação de distintas teorias. O estudioso brasileiro admitiu a reunião de uma multiplicidade de técnicas para a pesquisa sobre os novos sujeitos políticos da transição à democracia, elencando as seguintes: depoimentos pessoais, dados estatísticos, reportagens jornalísticas, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, relatórios de grupos de pesquisa e arquivos documentais do sindicalismo e das pastorais sociais católicas. Por tudo isso, se pode afirmar a forte continuidade entre estudos de referência e estudos contemporâneos sobre movimentos sociais quando se trata de ecletismo teórico-metodológico, como se pode ver na sessão seguinte.

#### **4. O ecletismo em ação na pesquisa sobre movimentos sociais contemporâneos**

Os trabalhos de Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014) e Renata Motta (2018) são importantes exemplos do caráter fecundo da não exclusividade teórico-metodológica, em nossos dias, e serão aqui analisados como ilustração dessa postura, cada vez mais, utilizada para compreensão da ação coletiva. Esses estudos se voltam para os processos que constituem o cotidiano da experiência democrática, no contexto da globalização pós-Guerra Fria e no período pós-redemocratizações brasileira e argentina, bem como demonstram que os trabalhos que mobilizam o ecletismo teórico-metodológico na pesquisa movimentalista contemporânea não se reduzem ao levante social de junho de 2013 no Brasil. E mais, essas pesquisas sobre movimentos sociais na América Latina se fazem, em certa medida, com maior nível de estabilidade institucional e maior interrelação entre o local, o regional e o global, combinando diferentes abordagens lógicas e métodos técnicos.

Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba assinam um artigo que adentra às relações entre o governo Lula da Silva e os movimentos sociais, compreendendo essa conjuntura como a de maior presença de líderes sindicais em postos do alto escalão governamental desde a redemocratização. As autoras são responsáveis pelo artigo mais citado no *Web of Science*, entre os publicados pelo periódico Dados - Revista de Ciências Sociais. O ponto de partida das pesquisadoras é a evidência de que quase 45% dos ministros, dos dois primeiros mandatos petistas (2003-2010), tinham passado pelo sindicalismo ou por organizações movimentalistas. Segundo as autoras, no contexto de forte aproximação constituído pela chegada do PT ao poder, “movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente com padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras” (2014, p. 326). E, para melhor compreender essas formas inovadoras, Abers, Serafim e Tatagiba lançam mão de estudos exploratórios sobre a presença de ativistas nos ministérios que tratam das políticas agrorreformista e urbana e na Secretaria Nacional de Segurança Pública, realizados no ano de 2010. A esses estudos, somam-se a análise de literatura secundária e entrevistas em profundidade com membros do alto escalão do governo petista oriundos de movimentos sociais e sindicais.

O artigo, publicado na revista Dados, acaba por abrir novas perspectivas na medida em que busca entender a relação entre governo e sociedade do ponto de vista de quem está ocupando cargos de confiança na burocracia estatal, embora tenha passado e vínculos com setores movimentalistas. A combinação das técnicas de pesquisa se mostra fecunda não só para a obtenção das informações como também para uma revisão de conceitos encontrados na produção de Charles Tilly e dos demais membros do projeto de pesquisa *Contentious Politics*. O texto, portanto, é inovador no contexto de uma agenda de pesquisa que, por vezes, pensa a relação Estado-sociedade civil exclusivamente do ponto de vista dos ativistas e do confronto entre esses e as instituições políticas. Nas palavras das autoras, “adaptamos o conceito de repertório [de ação], originalmente concebido para o estudo dos

movimentos sociais sob a chave das dinâmicas contenciosas, para relações que envolvem também dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na sociedade” (2014, p. 327). A análise das autoras indica três repertórios de interação entre governo Lula e movimentos sociais.

O primeiro repertório teria proeminência de práticas negociadoras e estaria no campo da agenda de política urbana na qual “os movimentos sociais se adaptavam ao novo contexto, procurando combinar rotinas de interação baseadas na participação institucional em conselhos e conferências com um estilo mais personalizado de negociação” (2014, p. 347). O segundo repertório, por sua vez, estaria na política agrorreformista em que funcionários do Estado e ativistas dos movimentos rurais articulavam mobilizações para a criação de uma rotina de negociações, marcada por demonstrações públicas de força e pela capacidade dos agentes não governamentais estabelecerem a pauta de negociação. O terceiro repertório estaria na política de segurança pública, na qual as autoras identificam a participação social como uma demanda muito mais liderada pelos ocupantes de cargos de confiança do que por mobilizações da sociedade civil. Ao mapear esses três repertórios, as autoras concluem pela ausência de uma política geral de participação no governo Lula, que acabou permitindo o surgimento de diferentes formas de relação entre o governo e a sociedade civil. Essas formas variavam de acordo com a região ministerial e entendê-las requer “examinar como as redes que obtiveram acesso ao Estado em momentos particulares trabalharam com práticas históricas de interação Estado-sociedade em cada área da política” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 348). As autoras reconhecem que, se sua pesquisa tivesse sido guiada por um olhar exclusivo sobre a ação institucional ou movimentalista, a apresentação dessa contribuição relacional e inovadora à literatura sociológica não seria possível.

A pesquisa doutoral de Renata Motta foi publicada em 2018 pela Editora Fiocruz com o seguinte título: “Entre Controvérsia e Hegemonia: os transgênicos na Argentina e no Brasil”. A obra é marcada pela abordagem das ciências sociais para os temas agricultura, alimentação e movimentos sociais, com forte destaque para o exercício analítico próprio da política

comparada. Para lidar com os casos de transgenia no Brasil e na Argentina, considerando que ambos são os maiores produtores mundiais de cultivos transgênicos, a obra recorre a um desenho de pesquisa apropriado a “sistemas mais similares com resultados diferentes” (MOTTA, 2018, p. 45). Essa opção metodológica permite construir uma análise centrada nos casos e não nas variáveis, valorizando analiticamente as semelhanças e as diferenças entre os dois países e promovendo a identificação das instâncias relevantes na explicação das diferentes trajetórias. A autora admite que se inspira em comparações qualitativas macroanalíticas, citando Adam Pzeworski e Henry Teune (1970) e Theda Skocpol (1976), como inspirações para sua pesquisa, voltada a enfatizar os conflitos sociais que estão na base do estabelecimento pioneiro de uma bio-hegemonia favorável aos transgênicos na Argentina e da controvérsia política em relação à transgenia no Brasil. Essa escolha metodológica se relaciona com a orientação teórica da investigação em que se articulam tanto a análise centrada no ator como os planos macro e mesossociológicos. Isso tudo, segundo Renata Motta, se entrelaça na apreensão da qualidade eminentemente política dos debates públicos sobre cultivos transgênicos, nos quais os movimentos sociais participam e disputam os significados coletivos.

Renata Motta recusa a relação exclusiva entre o individualismo metodológico e as pesquisas de opinião pública, propondo pensar os casos argentino e brasileiro a partir de correntes teóricas cujas imbricações, entre democracia e esfera pública, embasam fecundas agendas e perspectivas analíticas sobre o espaço e o debate público. O trabalho de Motta articula, também, o ecletismo teórico-metodológico da pesquisa movimentalista com o caráter caleidoscópico das pesquisas em ciências humanas e sociais sobre transgênicos. A bio-hegemonia na Argentina se deu sem impedimentos iniciais, recebendo resistência social somente em período posterior. Essa não resistência, segundo a autora, se deveu ao momento neoliberal dos anos 1990 e à associação entre os cultivos transgênicos, a alta produtividade e a modernização econômica do país. Nesse contexto, a ausência de movimento camponês organizado nacionalmente colaborou com a transgenia,

considerando que o Movimento Nacional Campesino Indígena só viria a se organizar em 2005. Para Renata Motta, em parceria com o Estado nacional, impulsos globais promoveram uma verdadeira revolução biotecnológica na Argentina, que lhe custou a pecuária em troca dos altos índices de produção na agricultura e da expansão da área plantada. O Estado argentino já contava com um órgão para regular a biotecnologia em 1991, tendo perfil técnico-científico e sem participação da sociedade civil. Isso assegurou pouca controvérsia pública em torno do uso comercial de sementes de soja transgênica da empresa Monsanto, em 1996, porque não havia na comunidade científica argentina resistência forte à biotecnologia.

A formação de uma resistência social aos transgênicos, liderada muito mais pelo movimento camponês do que pelos agricultores familiares, se estabeleceu no início dos anos 2000 na Argentina (MOTTA, 2018). Esse é também o tempo da crise econômica, da emergência alimentar e da convulsão política no país. Para entender as diferenças de posicionamento, nos movimentos sociais rurais argentinos, é preciso considerar que o movimento camponês reúne famílias rurais com larga permanência em determinado território cuja produção se dirige ao consumo doméstico e local. Os agricultores familiares são trabalhadores rurais mais integrados às cadeias de produção e aos grandes mercados agrícolas. Nesse sentido, a construção da identidade dos camponeses e dos povos indígenas foi fundamental para a reivindicação de uma maneira diferente de se relacionar com a terra e a natureza. Isso se apresentou nas ações de resistência com caráter disruptivo, acionadas pelo movimento indígena para impedir despejos forçados. Ao mesmo tempo, repertórios de ação mais institucionais (negociação, parceria e pactos) foram acionados para a obtenção de uma lei de sementes contrária a Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Quando a fumigação de agrotóxicos se tornou mais intensa, os pobres rurais constituíram protestos que ampliaram a conflitualidade em torno dos cultivos transgênicos argentinos. O controle de pragas por fumigação se realiza, nas mais diferentes culturas agrícolas, pelo espalhamento de compostos químicos ou formulações pesticidas voláteis no estado de vapor

ou gás. A biotecnologia, por sua vez, alia pesticidas, sementes e fertilizantes em um mesmo pacote produtivo e o estabelece como padrão global.

O aumento dos casos de câncer nas regiões fumigadas é analisado por Renata Motta para uma leitura da relação entre a questão agrária e a questão da saúde. A construção de um mapa epidemiológico pelos movimentos sociais, com base nos bairros atingidos pela fumigação nos pampas, assume destacada importância no trabalho da autora porque significa a produção contra-hegemônica de conhecimento e uma das dimensões mais criativas das forças sociais contrárias à imbricação entre economia e ciência, tão bem representada pelo modelo biotecnológico. Para Motta, essa ação, promovida pelo movimento Mães de Ituzaingó, aproveitou a convivência nos bairros como base para a construção dos saberes com os quais se fez a luta política anti-OGM. A mobilização das mães agregou à luta social contra os transgênicos a questão do cotidiano e a questão de gênero, bem como o forte simbolismo das mulheres na política argentina. Os laços comunitários permitiram às mulheres o acesso às situações calamitosas enfrentadas pelos adoecidos da fumigação, constituindo um discurso sobre as consequências da bio-hegemonia para a saúde humana com base em evidências sensíveis. Isso se somou à emergência de posições críticas aos transgênicos no campo científico argentino. Qualquer teoria presa à exigência de reduzir ao indivíduo uma ação complexa, que só se realiza no coletivo, não captaria a zona de criatividade dos movimentos sociais da Argentina frente aos cultivos transgênicos na última virada de século.

A resistência à bio-hegemonia e a controvérsia em torno dos transgênicos por parte dos movimentos sociais, da Argentina e do Brasil, é interpretada com as referências das teorias do confronto político, articuladas ao arcabouço da sociologia rural em diferentes escalas. Esse ecletismo teórico se soma aos aportes da sociologia dos movimentos sociais latinoamericanos e aos estudos sobre o ativismo transnacional, em uma articulação crítica que permite à autora balizar, adequadamente, os seguintes fenômenos: o impulso global do neoliberalismo à biotecnologia, a regulação e os tratados dos organismos multilaterais, o ativismo

transnacional anti-OGM e a mobilização em escala nacional e local dos movimentos sociais. Ao estabelecer dois capítulos para cada caso e adentrar ao plano nacional, a autora repõe o papel do Estado com forte relevância na constituição das trajetórias diferenciadas; que levando-a a um diálogo com as discussões sobre neoliberalismo na América Latina e com o debate sobre o lulismo (SINGER, 2012) e o kirchnerismo<sup>2</sup>.

O Brasil é pensado em chaves analíticas diferentes da Argentina na obra de Renata Motta. Isso porque, no contexto do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), uma ação judicial do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), apoiada pelo Ministério Público Federal, contra a soja transgênica, culminou em uma liminar que se configurou como uma moratória legal. Isso atrasou a entrada da biotecnologia nos cultivos do país. A resposta do poder judiciário colaborou para a ampliação da percepção pública do tema dos transgênicos a partir do princípio da precaução, porque a ação judicial teve significativa cobertura midiática, ampliando o alcance do discurso da coalizão contrária à transgenia. A moratória estabelecida pela liminar só teve fim em 2005 quando foi aprovada a Lei de Biossegurança por iniciativa do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciado com a eleição de Lula da Silva em 2002. A chegada do PT ao poder gerou altas expectativas nos movimentos sociais rurais em torno da reforma agrária e do fortalecimento de políticas para a agroecologia. Segundo Motta (2018), os agentes da mobilização no campo esperavam que o governo petista os atendesse em detrimento das propostas do agronegócio, cada vez mais afeito à transgenia e à produção em larga escala de grãos para o mercado internacional. Essa expectativa não era infundada. O apoio da bancada petista no Congresso Nacional à controvérsia contra os OGM ao longo dos anos 90, e a perspectiva de tornar o Rio Grande do Sul uma área livre de transgênicos; trazida ao debate público no contexto da eleição do petista Olívio Dutra, ao governo gaúcho em 1998, fizeram a experiência do governo nacional petista ser percebida como uma aliada pela mobilização contrária aos transgênicos. E mais, no processo eleitoral, a campanha 'Por um Brasil

---

<sup>2</sup> Movimento político-eleitoral argentino de centro-esquerda cuja maior referência é Néstor Kirchner, que presidiu o país de 2003 a 2007 e faleceu em 2010, e sua esposa, Cristina Fernández de Kirchner, presidente da Argentina de 2007 a 2015.

livre de transgênicos”, uma aliança entre movimentos rurais, ONGs ambientalistas e consumidores organizados, conseguiu inserir no programa de governo do candidato petista a perspectiva de assegurar a moratória aos OGM até que estudos conclusivos fossem realizados. A autora, no entanto, identifica as decisões do governo Lula como elementos bastante significativos para o avanço da transgenia, no Brasil, na década seguinte ao estabelecimento da bio-hegemonia na Argentina. Isso se relaciona com a renovação do pacto de economia política em favor do agronegócio que, desde 1999, vem recebendo forte investimento federal para viabilizar sua produção para o mercado externo, onde encontrou compradores de grande porte como a China.

O novo pacto da economia política do agronegócio (DELGADO, 2010) estava em pleno vigor quando o governo Lula da Silva estabeleceu sua agenda nacional com reformas distributivistas sem confronto com o capital (SINGER, 2012), sendo essa agenda um caminho de baixa conflitualidade com o poder econômico. Segundo Renata Motta (2018), durante os governos do PT predominaram decisões favoráveis à transgenia no Brasil. Isso se deveu à necessidade de acomodação institucional para aprovação da agenda prioritária do governo no Congresso Nacional. Essa agenda incluía o combate à fome e à pobreza e a valorização internacional dos preços dos grãos vendidos pelo país, o que significava maior arrecadação e consequente solução para o problema do déficit das contas públicas. A liberação do milho transgênico em 2008 é outra evidência da admissão dos pleitos dos representantes da biotecnologia pelo governo petista, definindo, assim, um resultado aproximado ao argentino, a despeito da controvérsia ter se apresentado desde o início e ter sido capaz de retardar a inserção dos OGM nos cultivos brasileiros.

A pesquisadora Renata Motta esclarece ter utilizado “bases de dados oficiais, fontes documentais, literatura secundária e dados primários coletados em entrevistas, em artigos de jornais e na internet” (2018, p. 18). Isso lhe permitiu reafirmar a ruptura com o nacionalismo metodológico, e reunir informações sobre as múltiplas dimensões de dois processos

conflitivos que, embora tenham o mesmo resultado, conjugam temporalidades e distintos modos dos movimentos sociais constituírem reivindicações. A sociologia dos movimentos sociais e a pesquisa em política comparada constituem, como se pode ver, o percurso e as conclusões da autora que se fizeram com a reunião de diferentes técnicas e materiais de pesquisa em franca mobilização do ecletismo teórico-metodológico.

### **À guisa de conclusão**

As pesquisas sobre movimentos sociais, conforme a demonstração das sessões anteriores, guardam implícita ou explicitamente uma relação quase inevitável com o ecletismo teórico-metodológico, reafirmando o papel desses agentes coletivos como formadores de uma realidade multidimensional, na qual são sintetizadas e recriadas as relações de poder cujo entendimento recusa uma episteme exclusivista. As ciências sociais mais parecem demonstrar que certos objetos de pesquisa guardam afinidades eletivas com determinadas abordagens metodológicas e contextos políticos. Exemplos disso seriam os estudos de comunidades rurais e a observação participante (HEREDIA, 1979; SIGAUD, 2005), em contexto autoritário, ou os estudos comparativos sobre democracia e a estatística descritiva (PZREWORSKI et al., 2000), em período democrático. É necessário ressaltar que, apesar do ecletismo hegemônico, ainda se encontram análises com o uso mais detido de uma teoria ou uma técnica de pesquisa. Isso nem sempre traz resultados ruins como bem demonstram Ricardo Ceneviva e Ramon Araújo (2017), que utilizaram exclusivamente metodologia quantitativa para desmontar a arbitraria relação entre o “Programa Bolsa Família” e a redução das ocupações de terra.

A agenda de trabalho intelectual em torno das ações coletivas de contestação se manteve relevante na pesquisa sociológica brasileira por estar, também, consubstanciada a temas centrais do debate metodológico. A sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu constitui a base epistemológica legitimadora do ecletismo metodológico que se tornou prática cotidiana na pesquisa social, precisando ser repensado para que a rotinização não prejudique o investimento analítico. O ecletismo, seja tácito como nos

estudos de referência ou explícito como na produção contemporânea, aponta que a reunião de diferentes métodos lógicos ou técnicos se mostra capaz de abrir vias fecundas de investigação. A imersão em Thompson, Touraine e Sader percebeu olhares interpretativos atentos à formação das mobilizações para além dos eventos de protestos, demandando, portanto, a combinação entre a observação participante dos atos reivindicatórios e as entrevistas semi-estruturadas com organizadores e participantes, a serem feitas fora do evento em si.

Os estudos referenciais foram incorporados nas pesquisas contemporâneas em sínteses crítico-inovadoras no plano da relação entre abordagens teórico-metodológicas e técnicas de pesquisa, constituindo, a partir do segundo quartel do século XX, o ecletismo em ação nos planos teórico e técnico. Este artigo também identificou, nos textos de Renata Motta e Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba, a recusa ao nacionalismo metodológico e a articulação fecunda entre as teorias dos movimentos sociais e os desenhos de pesquisa nascidos no campo da política comparada. O lugar privilegiado do ecletismo teórico-metodológico na pesquisa sobre movimentos sociais constitui, portanto, uma postura epistêmica que demonstra permanente capacidade de renovação teórica e de promoção de interpretações desdobráveis sobre a complexidade interna e relacional das ações coletivas de contestação.

## Referências

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, p. 325-357, 2014.

ALEGRIA, Paula; BULGARELLI, Lucas; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Movimentos Sociais Contemporâneos: um balanço da produção de teses e dissertações em Antropologia nos últimos dez anos (2008-2018). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1980.

ALMEIDA, Maria Hermínia. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate e Crítica**, São Paulo, nº 6, p. 49-74, 1975.

ALMEIDA, Paul. **Movimientos sociales:** la estructura de la acción colectiva. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BARREIRA, Irllys. **O reverso das vitrines:** conflitos e cultura política. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARREIRA, Irllys. Social movements, culture and politics in the work of Brazilian sociologists. **Latin American Perspectives**, v. 20, p. 23-42, 2011.

BARREIRA, Irllys. **O labor criativo na pesquisa:** experiências de ensino e investigação em ciências sociais. Fortaleza: Imprensa Universitária FC, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 4, nº 6, p. 15-57, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, v. 62, p. 42-53, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

CATANI, Afrânio Mendes. Um convite aos clássicos: o trabalho sociológico de Pierre Bourdieu. **Educação & Linguagem**, Ano 10, Nº 16, p. 72-85, jul-dez, 2007.

CENEVIVA, Ricardo; ARAÚJO, Ramon Torres. Recrutamento para ações de alto custo/risco e programas de transferência condicionada de renda: o caso de conflitos por terra no Brasil. In: **41º Encontro Anual da ANPOCS**, 2017, Caxambu. Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS, v. 1. p. 1-30, 2017.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, M. Ângela (org.). **O saber militante (ensaios sobre Florestan Fernandes).** Rio de Janeiro-São Paulo: Paz e Terra-UNESP, 1987. p. 48-53.

DELGADO, Guilherme. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, set-dez. 2016.

FRENCH, John. A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. **História-Unisinos**, v. 6, p. 11-28, 2002.

GARCIA, Marco Aurélio. Posfácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Antigos e novos atores sociais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONDIM, Linda. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis** (Santiago. en Línea), v. 44, p. 119-44, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HAMEL, Jacques. The positions of Pierre Bourdieu and Alain Touraine respecting qualitative methods. **British Journal of Sociology**, Londres, n. 49, mar. 1998.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, Virgínia. A expressão regional das universidades públicas nas cidades médias de Sobral-CE e Parnaíba-PI. **Sociedade e Território**, v. 30, p. 94-112, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MARX, Karl. **O dezoito brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, vol. XXXV).

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MAUSS, Marcel. **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF, 1966.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

McADAM, Doug. 'Initiator' and 'spin-off' movements: diffusion processes in protest cycles. In: TRAUGOTT, Mark. **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995. p. 217-240.

MISCHE, Ann. **Partisan publics: communication and contention across Brazilian Youth activist network**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.

MOTTA, Renata. **Entre controvérsia e hegemonia: os transgênicos na Argentina e no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2018.

OLIVEIRA, Gilberto. Rompendo o paradigma estratégico-realista: por uma perspectiva epistemológica eclética dos estudos de defesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, p. 173-195, 2015.

PRATES, Jane. Reflexões críticas sobre pluralismo, ecletismo e Serviço Social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 240 - 246, ago./dez. 2018.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The logic of comparative social inquiry**. New York: Wiley-Interscience, 1970.

PZREWORSKI, Adam *et al.* **Democracy and development**. Political institutions and well-being in the world, 1950-1990. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

RIBEIRO, Marcos Abraão. Lilia Schwarcz e a persistência do nacionalismo metodológico nas interpretações do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, p. 358-373, 2020. Resenha da obra de: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismo e falsos dualismos. **Contrapontos**, Itajaí, v. 3, n.3, p. 393-407, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse; GADEA, Carlos. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 39-45, nov. 2005.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, São Paulo, v.17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKOCPOL, Theda. France, Russia, China: a structural analysis of social revolutions. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 18, nº 2, p. 175-210, 1976.

THOMPSON, Edward P. **The poverty of theory and other essays**. London: Merlin Press, 1978.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Cambridge: Cambridge Press, 1978.

TOURAINÉ, Alain. **La conscience ouvrière**. Paris: Seuil, 1966.

TOURAINÉ, Alain. **A sociedade pós-industrial**. Lisboa: Moraes, 1973.

TOURAINÉ, Alain. **Le retour de l'acteur**. Paris: Fayard, 1984.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. Cidade do México: FCE, 1944.